

ONDE ESTÁ A TERCEIRA VIA ECONÔMICA? Experiências do Reino Unido

George Meszaros

University of Warwick, Inglaterra

Resumo

Este artigo examina as alegações da “terceira via” britânica após a crise econômica e financeira de 2008. Analisando as evidências, chega-se à conclusão que os discursos da terceira via idealizam as forças do mercado e a capacidade política de conciliar competitividade econômica com valores social-democráticos tradicionais. A crise de 2008 – incluindo os ascendentes níveis de desigualdade – expressa o fracasso econômico e político das abordagens da terceira via e enfatiza sua fraqueza conceitual em relação aos mercados e o papel do capital.

Palavras-chave: terceira via, social-democracia, educação, estado

Abstract

This article examines British “third way” claims following the economic and financial crisis of 2008. In the light of the evidence it finds that third way discourses idealise market forces and the political capacity to conciliate economic competitiveness with traditional social democratic values. The crisis of 2008 – including rising rates of inequality - expresses the economic and political failure of third way approaches and underlines their inherent conceptual weaknesses *vis a vis* markets and the role of capital.

Keywords: third way, social-democracy, education, state

Este artigo analisa abordagens da chamada “terceira via” no contexto da evolução política e econômica contemporânea da Grã-Bretanha. Ao fazê-lo, no entanto, deve-se reconhecer desde o início quão problemático o termo terceira via sempre foi e continua sendo por causa da sua extrema maleabilidade.

Mesmo no momento de trazer o termo de volta à voga nas discussões na década de 1990 com políticos como Tony Blair¹ e Bill Clinton, seu principal defensor, o sociólogo britânico Anthony Giddens, tinha dúvidas:

Meu livro *A terceira via* foi publicado pela primeira vez em 1998. Primeiramente planejei chamá-lo de *A Renovação da Democracia-Social* (que eventualmente releguei ao *status* de sub-título). Se eu tivesse publicado o livro sob o título original, teria ficado claro que estava enraizado firmemente em tradições democráticas sociais. No entanto, ele provavelmente teria alcançado apenas acadêmicos e especialistas em política e eu queria atrair um público mais vasto².

Em relação a atrair um maior número de leitores, Giddens foi convincente³, mas em termos de clareza, o conceito adquiriu vida e ambiguidade próprias, ofuscando as discussões sobre o futuro da social democracia.

No momento da escrita, o raciocínio por trás de uma terceira via tinha sido claro: “Foi absolutamente necessário procurar uma terceira alternativa – uma abordagem política que buscasse conciliar competitividade econômica com proteção social e um ataque a pobreza”⁴. Uma série de derrotas eleitorais para o Partido Trabalhista nas mãos de Margaret Thatcher provocou aquela reavaliação. Mas, mesmo aceitando essa mudança estratégica para com o mercado (que muitos críticos não aceitam⁵), ainda deixou inúmeras perguntas não respondidas, principalmente sobre o conteúdo exato da terceira via⁶. Também deixou a nítida sensação entre muitos observadores de que, longe de ser uma filosofia política significativa isso era pouco mais do que uma nota de rodapé ou *soundbite*. Em um artigo recente, Giddens, mais uma vez tentou superar essas “más interpretações”.

Então deixe-me reafirmar em meus termos o que a ‘terceira via’ (*tv*) era, e o que não era. A *tv* para mim não era um ‘caminho do meio’ entre esquerda e direita, socialismo e capitalismo, ou qualquer outra coisa, mas uma filosofia à esquerda do centro político, preocupado com exatamente o que foi dito no meu título original, a renovação da social democracia.

Não era um sucumbir ao fundamentalismo neoliberal ou de mercado. Pelo contrário, eu argumentei que os democratas-sociais tiveram que ir além de duas filosofias fracassadas, ou comprometidas, do passado, sendo uma o neoliberalismo, e a outra a ‘democracia-social no estilo antigo’, caracterizada pelo domínio estatal de cima para baixo dos “altos comandos da economia” e gestão keynesiana da demanda nacional. A *tv* não foi meramente uma espécie de pragmatismo.

Pelo contrário, os valores da esquerda mantêm a sua relevância essencial, mas, como eu vi, uma política de inovação de longo alcance foi necessária para

realizá-los em um mundo que enfrentava importantes mudanças sociais e econômicas. Eu identifiquei estas mudanças como sendo a intensificação da globalização; o individualismo em expansão, o crescimento da reflexividade, e a crescente intrusão do risco ecológico no campo político (GIDDENS, 2010).

O objetivo deste artigo não é tanto se envolver em um exame geral dessas questões e reivindicações mais amplas da terceira via, a que tem sido dada extensiva cobertura em outros espaços⁷, mas considerar brevemente, a partir de uma perspectiva britânica, os aspectos da sua relação com o mercado, especialmente à luz dos acontecimentos recentes, principalmente a crise financeira e econômica que se acelerou significativamente em 2008.

A este respeito, a Grã-Bretanha sofreu mais do que muitos outros países e, sob o comando de uma aliança eleitoral dos Democratas Liberais e Conservadores, é provável que vá sofrer por algum tempo ainda. Recentemente o desemprego atingiu a maior alta em 17 anos, o desemprego juvenil chegou a um recorde de quase um milhão de pessoas, com mais de um quinto dos indivíduos entre 16 e 24 anos sem emprego, mais 600 mil crianças serão empurradas para a pobreza ao longo dos próximos dois anos (chegando a um total de 3,1 milhões nessa categoria), e os rendimentos medianos estão prestes a cair 7% após a inflação ter sido contabilizada – a maior queda em 35 anos⁸. Ninguém, no entanto, deve ter ilusões de que sob o Partido Trabalhista seria muito diferente, não tanto por causa da escala da subjacente crise econômica em si, que é um fator importante, mas porque a distância que separa partidos do governo da oposição é de fato relativamente pequena.

Foi pequena o suficiente para a antiga oposição Democrata-Liberal (que conta com inúmeras figuras-chaves do antigo Partido Social-Democrata, como Shirely Williams⁹) ter minimizado suas diferenças e entrado em um governo de coalizão. Quanto à diferença entre conservadores e trabalhistas (o epíteto “Novo” foi discretamente tirado dos trabalhistas), na esfera das políticas econômicas as diferenças políticas são mais limitadas do que personalidades como o trabalhista, atual Chanceler Sombra do Tesouro, Ed Balls, querem nos fazer acreditar. Na verdade, todas as partes estão de acordo sobre a necessidade de cortes nas despesas do Estado. A diferença-chave entre eles parece se tornar a questão do tempo exato e da extensão de qualquer estímulo temporário à economia (os trabalhistas favorecendo menos cortes agora e os conservadores mais cortes e flexibilização da regulamentação de negócios e impostos como um meio de incentivar o crescimento). Entretanto em essência, pelo menos na Grã-Bretanha, tem havido um notável grau de convergência na política econômica em todo o espectro político dominante.

Diferenças atuais, como, por exemplo, a abolição da taxa de 50% de imposto para pessoas que ganham mais de 150 mil libras por ano, são mais aparentes do que reais. Os trabalhistas defendem a abolição depois do fim da crise, e os conservadores decidiram abolir agora, mesmo que cientes de que pode ser uma mensagem impalatável para as pessoas de baixa renda ou em risco de perder seus empregos a quem está sendo repetidamente dito “estamos todos juntos nessa”. Conforme um comentarista, o primeiro-ministro britânico, David Cameron,

inicialmente argumentou que, com grandes problemas econômicos agora resolvidos, o novo debate voltou-se para as questões sociais e o quanto o Estado pode estar envolvido em combatê-las. Na verdade, Cameron endossou a ênfase trabalhista ‘justiça social e eficiência econômica’ como constituindo um terreno comum na política britânica. Sua retórica ecoa esforços da terceira via ao procurar superar ou evitar a tradicional polarização esquerda-direita (MCANULLA, 2010, p. 294).

Grande parte desse consenso deriva de uma visão compartilhada e altamente idealizada dos mercados. Por muitos anos, o discurso econômico em todo o espectro político tradicional tem se restringido tanto a uma crença no poder e na lógica da globalização e nas forças de mercado, quanto a uma concomitante perda do vigor em relação ao poder e à viabilidade da ação do Estado. De fato, enquanto a fé no poder de autorregulação dos mercados possa ter sido recentemente “nocauteada”¹⁰, o discurso político permanece preso pelo discurso neoliberal de forma impressionante (ver CROUCH, 2011). No caso de Margaret Thatcher isso se deu por escolha própria (sua expressão “não há alternativa” vem à mente).

A idealização de Giddens difere claramente:

Os mercados têm suas qualidades distintivas – a principal delas é sua fluidez, capacidade de responder a uma multiplicidade de sinais de preços e estimular a inovação – e democratas sociais deverão reconhecer e ajudar a implantar isso. No entanto, os mercados precisam de regulamentação, para forma-los para a finalidade pública (GIDDENS, 2010)¹¹.

Paradoxalmente, embora essa ressalva marque uma distinção filosófica ou teórica significativa em relação à abordagem dos chamados liberais de livre mercado, o grau real dessa distinção continua a ser uma questão surpreendentemente aberta. Isso porque depende muito de sua viabilidade prática.

Parece justo neste momento levantar breve registro do *New Labour* no cargo, já que abordagens da terceira via foram tão amplamente creditadas a ele ao dotá-lo com alguns de seus lastros intelectuais. Condizendo com abordagens da terceira via, o partido *New Labour* enfatizou a importância de conciliar a competitividade da economia por um lado, com os valores democráticos e sociais tradicionais, como a proteção social e ataques à pobreza, por outro. Presumivelmente, o trabalho da política era empregar o capitalismo e domesticar os “excessos” (uma palavra frequentemente utilizada pelos social-democratas) do mercado. A realidade, porém, é que este aspecto do discurso da terceira via, suas afirmações no campo da política econômica, talvez o seu pilar mais importante de apoio, ou nunca foi levado a sério ou se provou estruturalmente defeituoso.

Embora Giddens possa ter sugerido, já em 1998, que a regulamentação do mercado financeiro era “a questão mais urgente na economia mundial”¹², o *New Labour* “cortejou” a cidade de Londres e a envolveu na regulação financeira chamada “leve toque”, de modo que deixou neoliberais e os mercados globais muito confortáveis¹³. O clima da época é bem

resumido pelo comentário famoso de Peter Mandelson, de que “o Novo Trabalhismo está muito tranquilo quanto as pessoas ficarem escandalosamente ricas desde que paguem os seus impostos”¹⁴, uma versão bastante rudimentar da teoria econômica “*trickle-down*”.

O ponto crucial, porém, é que, quanto à reivindicação central de “conciliar” os interesses do capital com a social democracia redistributiva, os interesses do capital tenderam a prevalecer. De acordo com o Instituto de Estudos Fiscais, por exemplo, sob o Novo Trabalhismo, o Coeficiente de Gini, uma medida comumente utilizada para expressar desigualdade de renda, “aumentou para 0,36 em 2007-08, o maior nível visto sobre a nossa consistente série de tempo desde 1961” (Instituto de Estudos Fiscais, 2009, p.1)¹⁵. É claro que esta não é a única medida a ser tomada em consideração. O mesmo estudo descobriu, por exemplo, que a pobreza pensionista estava “consideravelmente menor” do que em 1998-99 e a pobreza infantil estava 16% menor do que em 1998-99 (Instituto de Estudos Fiscais, 2009, p. 1).

No entanto, há um senso palpável, reconhecido mesmo pelo novo líder do Partido Trabalhista, Edward Miliband, que o Partido falhou em seus objetivos redistributivos. “A desigualdade não é mais uma questão apenas entre ricos e pobres. Mas entre os de cima e ambos aqueles no meio e com rendimentos mais baixos”¹⁶ (MILIBAND, 2011). Uma análise mais aprofundada do seu próprio registro e dos méritos das teorias da terceira via na economia e na sociedade pareceria mais em ordem do que esta expiação dos pecados trabalhistas por meio de uma mea-culpa qualificada.

A Crise Atual e a Falsa Guerra

Como observado acima, a atual crise global salientou uma notável convergência entre “alternativas” sociais-democratas e neoliberais. Mesmo figuras importantes de dentro das fileiras do Partido Conservador estão cientes quanto à necessidade urgente de ação. A partir de uma perspectiva britânica, Matthew Hancock, um assessor próximo do atual chanceler do Tesouro, George Osborne, prevê uma nova crise, a menos que o Estado intervenha para modificar o comportamento econômico, que está propenso à irracionalidade. Com efeito, ele propõe uma forma modesta de engenharia social com vistas a atenuar essas tendências (HANCOCK; ZAHAWI, 2011).

Outros, como os economistas liberais Raghuram G. Rajan e Luigi Zingales, de Chicago, têm proposto nada menos do que “salvar o capitalismo dos capitalistas” (RAJAN; ZINGALES, 2004)¹⁷, em parte por meio de ação do Estado, sob a alegação de que alguns deles exploram as suas posições estabelecidas no mercado¹⁸. Tais perspectivas se destacam na medida em que muitos dos chamados “defensores do livre mercado” consideram o Estado como um jogador essencial e não como um antagonista. De fato, em um livro recente intitulado *The Strange Non-Death of Neoliberalism* (A Estranha Não-Morte do Neoliberalismo), Colin Crouch observou como “o neoliberalismo não é tão devoto aos mercados livres como é alegado. É, antes, devoto ao domínio da vida pública pela corporação gigante” (CROUCH, 2011, p. viii).

Da mesma forma, a partir de uma perspectiva marxista, os economistas Paul A. Barana e Paul M. Sweezy observaram, em meados dos anos 1960, que “sob o capitalismo monopolista a função do Estado é servir aos interesses do capital monopolista” (BARANA; SWEEZY, 1966, p. 65-66). Para eles:

Este é o fundo e explicação dos inúmeros esquemas e mecanismos regulatórios que caracterizam a economia americana hoje – regulamento da comissão de serviços públicos, regulamentação¹⁹ da produção de petróleo, apoios aos preços e controles de área plantada na agricultura, e assim por diante. Em cada caso, claro, algum propósito digno está supostamente sendo servido –proteger os consumidores, preservar os recursos naturais, salvar a agricultura familiar e assim por diante– mas só os ingênuos acreditam que estes objetivos que soam tão bem tem mais a ver com o caso do que as flores que florescem na primavera. Há de fato uma vasta literatura, baseada em sua maior parte em documentos oficiais e estatísticas, para provar que as comissões reguladoras protegem os investidores, em vez de os consumidores... (BARANA; SWEEZY, 1966, p. 65).

Este artigo não é o lugar para explorar essas questões em detalhe, mas quando se olha para o crescimento monumental e a crescente complexidade da regulação desde que estes comentários foram feitos²⁰, juntamente com a subsequente escala de falha regulatória e de colapso financeiro, fica-se impressionado com o grau em que, interesses para além dos consumidores, foram prioritariamente levados em consideração, um fenômeno que prevaleceu durante a maior parte do mundo capitalista avançado. Nesse contexto, as ideias de Barana e Sweezy parecem dignas de reavaliação²¹.

Voltando então à noção de moldar mercados, isso é algo que claramente ocorre em escala maciça, tanto dentro de estados-nação e globalmente, seja no campo das finanças, corporações, comércio, concorrência, normas de trabalho, telecomunicações, agricultura, etc. A questão, porém, é a forma que este regulamento toma por um lado, que no caso do financiamento foi manifestamente inadequado dentro dos termos supostamente estabelecidos na legislação e pelas autoridades administrativas relevantes, e na medida em que, por outro lado, existe real possibilidade de uma terceira via não conflituosa que de alguma forma concilia – ou até subordina se necessário – imperativos do mercado com justiça social.

Quando se olha para o histórico do Reino Unido, e em grande parte do globo, fica-se impressionado pelo grau em que não obstante o quanto a terceira via defendia publicamente evitar “fundamentalismo de mercado”, encontros entre políticas públicas e mercados têm se mostrado notavelmente unilaterais. Longe de gerenciar mercados e suas crises associadas, como abordagens da terceira via afirmam ser possível, há um senso em que os mercados ou, para ser mais direto, os imperativos do capital, não somente dominaram a agenda do Estado, mas continuam a fazê-lo em formas cada vez mais agressivas – especialmente porque somos emboscados de uma crise econômica para outra. A crise da dívida europeia com seu multifacetado e complexo enfraquecimento da soberania do Estado é tão somente a mais recente manifestação dessa tendência²².

Claramente, elementos dessa crítica podem ser aplicados a muitos partidos nominalmente socialistas que não fizeram segredo de estarem chegando a um acordo com o mercado durante os anos 1980 e 1990. Mas isso é outra história, mesmo sendo intimamente relacionada. Em vez disso, nossa preocupação é com abordagens democrática-sociais/terceira via que tenham não só defendido um abandono da “social democracia de estilo antigo”, caracterizada por uma propriedade estatal de cima para baixo dos “altos comandos da economia” e “gestão keynesiana da demanda nacional” (GIDDENS, 2010), mas também a necessidade de abranger forças globais de concorrência. Em resumo, eles argumentam que a volatilidade intrínseca do capital pode ser: a) contida; b) controlada; e c) orientada para fins públicos – tanto em escala global e em termos sociais-democráticos redistributivos.

Eventos no exterior e aqui no Reino Unido pareceriam sugerir que as relações de força são bastante diferentes. Vejam o campo do ensino superior, cuja independência foi progressivamente minada enquanto universidades tornaram-se mais comercialmente – e em um sentido muito estrito, globalmente – orientadas em parte contra um contexto de cortes nas despesas do governo. De acordo com Richard Sennett, professor emérito de Sociologia na London School of Economics (LSE), o intercâmbio de alto nível entre acadêmicos do LSE e o regime do coronel Gaddafi são o resultado de uma “busca desesperada por fundos, [em que] a noção de ter água clara entre os desejos dos doadores e os padrões da universidade é simplesmente corroído”²³.

O processo começou sob a liderança do próprio Giddens quando ele era diretor da LSE em 2006 e culminou com a renúncia em 2011 de seu sucessor, Sir Howard Davies, ex-diretor da Confederação da Indústria Britânica. Estranhamente, porém, a própria nomeação de Howard Davies e suas conexões indubitavelmente úteis não é considerada como parte da deformação da missão educativa. É vista apenas como fazer um bom negócio.

Nem, aliás, é o fato de que em contraste com homólogos de outros países, o Ministro das Universidades, David Willets, não se sente dentro de um Ministério da Educação, mas dentro de um Departamento de Inovação Empresarial e Competências (*Department for Business Innovation and Skills* – BIS), ao lado de colegas cujas atribuições incluem Negócios e Empresas; Comércio e Investimentos; e Negócios, Inovação e Habilidades, respectivamente²⁴.

Em vez disso, o que é agora considerado como escandaloso (embora fosse considerado como um triunfo quando servia aos interesses da geopolítica do Reino Unido – petróleo e a “luta contra o terror”²⁵) são os acordos assinados entre a LSE e o regime de Gaddafi. De acordo com relatórios, esses incluíram um acordo para aceitar 1,5 milhão de libras de *Gaddafi International Charity and Development Foundation* (Gaddafi Fundação Internacional de Caridade e Desenvolvimento) em 2009, para LSE *Global Governance* (LSE Governança Global - sendo que 300 mil libras foram recebidas). A universidade também recebeu 50 mil dólares em troca do conselho do Sir Howard para o fundo financeiro soberano da Líbia em 2007. Um contrato de 2,2 milhões de libras também foi assinado entre a Empresa LSE e o Conselho de Desenvolvimento Econômico da Líbia para treinar funcionários públicos e profissionais líbios (tendo sido recebido 1,5 milhão de libras

até a data). Perguntas posteriormente começaram a surgir quanto à autenticidade acadêmica da tese de doutorado de Saif Gaddafi, concedida em 2008 (LSE, 2011).

Após a polêmica sobre esses contratos, um inquérito foi aberto sob a presidência do Lord Woolf para examinar “se erros foram cometidos” e “estabelecer diretrizes claras para doações internacionais e ligações com a escola”. Mas isso foje largamente do ponto, pois esses são acidentes prestes a acontecer; os produtos de uma presunção subjacente de que a educação é uma função da atividade comercial e que cada vez mais deve depender dessa atividade e de outras fontes de financiamento para o seu futuro.

A restrição do espaço de manobra foi confirmado pelo atual governo, que reduziu orçamentos do ensino universitário em 6% para o ano 2011-2012 (contra um pano de fundo de inflação de 5%) e deu para as universidades a “liberdade” para compensar o déficit por meio da cobrança dos estudantes até um máximo de 9 mil libras por ano (uma opção que mais de um terço das universidades inglesas assumiram²⁶). Na verdade, o crédito real para a abolição do princípio da educação superior gratuita deve ir para o *New Labour*, que primeiro introduziu um sistema de taxas que atingiu um pico de cerca de 3.225 libras por ano.

Através do então secretário de Negócios, Lord Mandelson, também foi confiada a 2009 *Independent Review of Higher Education Funding and Student Finance* (Revisão Independente do Financiamento do Ensino Superior e Finança Estudantil de 2009) não para um educador, mas para o ex-chefe da *British Petroleum* (Petróleo Britânico), Lord Browne. Como esperado, o seu relatório “independente”, completado após a eleição geral de 2010, aumentou o teto que universidades poderiam cobrar levando a um ambiente de ensino superior mais competitivo. Seu objetivo declarado era o de “garantir a vitalidade de ensino superior neste país, garantindo que o financiamento não se torne uma barreira para aqueles que têm a capacidade e motivação para estudos mais aprofundados” (CURTIS, 2009). Só o tempo dirá exatamente como as mudanças na educação terão impacto sobre o acesso de pessoas jovens de famílias mais pobres, para não falar da chamada “média espremida”, referida por líderes trabalhistas. O que está claro, porém, é que os alunos serão sobrecarregados com dívida (a ser recuperada por meio do sistema fiscal); e a educação se tornará cada vez mais mercantilizada como os futuros alunos, que muito compreensivelmente, vão buscar “valor para o dinheiro”.

O Ministro das Universidades, David Willetts, é aberto sobre a criação de uma cultura mais orientada para o mercado no ensino superior, um ethos que permitirá a abertura do setor para os prestadores de serviços privados e aumentará as possibilidades de falência de algumas instituições. Malcolm Gillies, que como vice-reitor da London Met cortou centenas de cursos já disse que as universidades são “forçadas a pensar em si mesmas como um negócio”²⁷. Embora estas sejam as políticas de um governo Conservador/Democrata-Liberal, em vez de um governo novo-trabalhista, há, no entanto, um considerável grau de continuidade. Como Stuart McAnulla observou em seu artigo, *Heirs to Blair's third way? David Cameron's triangulating conservatism* (Herdeiros da terceira via de Blair? Conservadorismo triangulação de David Cameron MCANULLA, 2010 p. 286-314), “Cameron e *New Labour* fornecem narrativas altamente comparáveis do período pós-guerra

na política britânica, com ambos destacando os excessos percebidos do estatismo e individualismo. Ambos têm tirado proveito da noção de uma era pós-ideológica e se envolvido em uma política de ‘travestir-se’ com temas extraídos tanto da esquerda quanto da direita do espectro político. Ao fazê-lo, cada partido tentou obter o apoio daqueles se identificando com uma ampla gama de tradições políticas. Nessa medida, Cameron mudou os conservadores para o amplo território demarcado na terceira via do Novo Trabalhismo. De fato, nos últimos tempos, os líderes conservadores não têm contestado muito temas da terceira via, mas afirmado que estão em melhor posição para defendê-los. Eles o fizeram, destacando as lacunas entre a retórica da terceira via e muito do que o governo Blair tem feito” (MCANULLA, 2010 p. 311).

O ponto de maior convergência está no mercado e no papel do Estado nele. Para McAnulla, Thatcher foi uma defensora do neoliberalismo. *New Labour* e a terceira via aceitaram o “neoliberalismo qualificado por reforma social-democrática de micro nível”, enquanto a terceira via do primeiro-ministro David Cameron vê o neoliberalismo como “necessário, mas insuficiente para assegurar a justiça social” (MCANULLA, 2010, p. 310). Em contraste com a (embora mal-interpretada) retórica de Thatcher sobre a sociedade (uma vez ela famosamente comentou que “não existe essa coisa de sociedade”²⁸, o tom de Cameron está agora em cima de nada menos que a “Grande Sociedade” [*Big Society*], que supostamente envolve a descentralização do poder para o nível local e o setor do voluntariado. Sua linguagem politicamente conveniente, mas conceitualmente vaga carrega ecos da terceira via. A linguagem do líder do Partido Trabalhista, Ed Miliband, ressoa com tais temas: “Eu tenho sido claro que devemos reconhecer as deficiências do Estado centralizado, e entender que o governo deve ser desconcentrado e responsivo”²⁹.

O ponto crucial para os propósitos presentes, porém, não é a exata medida das diferenças ou convergências (das quais há uma série significativa em ambos os sentidos), nem é a medida em que a *Big Society* de Cameron é uma espécie de mudança conservadora de abordagens da terceira via (que em certos aspectos é), mas o que é mais importante é o contexto em que esses temas paralelos de justiça social e competitividade econômica são colocados em jogo, ou seja, a pior crise do capitalismo, desde a década de 1930, e o que isso significa para a política e a prática de teorias como a terceira via ou a “Grande Sociedade”.

Ironicamente, dado consideráveis áreas de interesse comum, é ninguém menos que o próprio líder trabalhista quem oferece uma visão parcial do problema quando sugere que:

a razão pela qual a *Big Society* (Grande Sociedade) de senhor Cameron estar em apuros não é simplesmente porque o governo está fazendo cortes dolorosos. A forma como ele está fazendo isso – tão longe, tão rápido – fala ao seu coração ideológico. Ele realmente acredita que um Estado pequeno irá produzir uma grande sociedade³⁰.

Miliband está parcialmente correto. Mas enquanto houver uma linha forte no pensamento conservador que possa acreditar em um estado pequeno, a prática é diferente.

Quando, por exemplo, veio a tona a questão da nacionalização de porções colossais da economia e de sustentar o setor bancário com vastas somas – 850 bilhões de libras³¹ – do dinheiro público durante e desde a crise financeira de 2008, os Conservadores têm dado seu apoio. Também aprovaram a nacionalização efetiva do Royal Bank of Scotland e Lloyds – agora 84% e 43% de propriedade do contribuinte britânico respectivamente.

Miliband faz a acusação, ainda, de que a *Big Society* (Grande Sociedade) é de fato “uma capa para o pequeno Estado”³². Nesse aspecto ele exagera, porque há poucos fatos que sugerem que o Estado de fato se tornará “pequeno”. Menor, talvez, mas em condições de expansão da economia manteve-se teimosamente grande sob os governos conservadores e trabalhista (para não falar de governos na Europa e nos Estados Unidos). Em condições de crise, vai ficar assim enquanto é chamado para restabelecer algum tipo de ordem coletiva ou normalidade³³. Nessa medida, a Grande Sociedade não é tanto uma capa para o Estado pequeno, mas uma folha de figueira.

Em vez de um Estado pequeno, o que se deve esperar, seja de políticos conservadores, liberais ou trabalhistas, é a continuação – e a seu acelerado (especialmente sob condições de crise) – reequilíbrio. Isso significa um [withering away] definhamento do Estado de Bem-Estar e o aparecimento de novos e complexos híbridos que envolvem tanto a comercialização das atividades do Estado por um lado, quanto um pesado envolvimento do Estado no mercado por outro lado, seja por meio de legislação extensa e mecanismos de regulação, do uso de subsídios ou da participação direta, para citar apenas três formas. Mas estes são processos econômicos e políticos altamente contraditórios que lançam uma série de problemas.

Em termos políticos, por exemplo, o governo está enfrentando crescente hostilidade em várias frentes. Acelerar o aumento da idade de aposentadoria por pensão do Estado (de 65 a 66 para homens e, alguns anos mais tarde, de 60 a 66 para as mulheres, talvez no espírito de igualdade) é descrito por ministros do governo como uma tentativa de “revitalizar a paisagem de pensões”. Esta “revitalização” vem em conjunto com uma série de outras mudanças que não podem ser descritas em detalhes aqui (incluindo a remoção da idade padrão de aposentadoria que permitia que os empregadores demitissem funcionários de 65 anos, mudando a base de cálculo dos montantes, etc.)³⁴, mas também vem com um pano de fundo em que as pensões privadas estão em crise, seja parcialmente como resultado de escândalos de vendas duvidosas, mas especialmente por causa de sua dependência de retornos da bolsa de ações (e outros instrumentos financeiros), que estão ambos em declínio e risco inerente. De acordo com um relatório recente, por exemplo, “a renda da pensão comprada de poupanças para aposentadoria caiu 14% em comparação com o início do ano, devido à turbulência do mercado”³⁵. Em suma, a previdência privada não é uma resposta aos problemas do Estado nessa esfera.

Na esfera do ensino superior, como indicado anteriormente, o Estado está tentando se desfazer de alguns custos deslocando o ônus cada vez mais para os alunos, transformando-os em clientes. Mas em curto e médio prazo isso vem com um preço alto e de uma fonte inesperada, uma vez que não é outro senão o próprio Estado que irá fornecer os fundos para os alunos emprestarem, e só recuperará esses fundos com uma taxa de 9% dos lucros acima

de 21 mil libras para até 30 anos (posteriormente, a dívida é amortizada).

Um meio de envolver o setor privado na atividade estatal tem sido pelas chamadas Iniciativas de Financiamento Privado (*Private Finance Initiatives – PFIs*), um sistema originalmente desenvolvido pelos conservadores no início de 1990, mas concretizado pelo *New Labour* depois. Como a “contabilidade criativa” tinha feito no contexto de governo local uma década antes³⁶, as PFIs criaram uma bela ilusão de economia política: de uma só vez eliminaram aparentemente os custos imediatos associados com aumento de impostos e/ou assumir dívidas do governo relacionadas a projetos de capital como escolas e hospitais. Em vez de emprestar o dinheiro requisitado ou arrecadar via impostos, o Estado simplesmente entregaria esses projetos ao setor privado, que iria financiar, construir e, em muitos casos, administrá-los em troca de um tributo do governo.

A PFI permitiu o governo reivindicar crédito político para um programa maior de construção de hospitais e escolas (mais de 700 projetos foram financiados usando esse esquema), ao mesmo tempo evitando aumentos de impostos dolorosos e/ou aumentos da dívida pública. Mas a ilusão foi alcançada com enorme custo econômico a longo prazo. Como muitos críticos da época e desde então já têm apontado³⁷, os governos podem tomar emprestado por atacado em taxas muito mais baixas do que o setor privado.

Esse fato é sublinhado pela atual crise financeira em que os custos dos empréstimos para o governo britânico estão em mínimos históricos e os rendimentos dos contratos PFI vistos como absurdamente altos. Em uma estranha reviravolta do destino, isso levou o atual ministro de Saúde conservador a reivindicar (um tanto desingenuamente, porque outros fatores estão envolvidos também) que os contratos de PFI são de risco, levando alguns encargos do Serviço Nacional de Saúde à beira de um colapso financeiro (*Private Finance Initiatives – PFIs*, 2011a).

Será que isso é a economia da terceira via? Isso pode parecer uma forma injusta de apresentar o problema, mas outros pesquisadores já fizeram uma conexão direta. Utilizando o setor de educação da Irlanda do Norte como um exemplo, Connolly, Martin e Wall (2008, p. 951) argumentam em um artigo altamente informativo que “as características associadas com a terceira via estão espelhadas nas ferramentas operacionais de prestação de serviços públicos, tais como PFI”.

Em outras palavras, o PFI pode ter se originado sob os conservadores, mas foi sob a ideologia da terceira via que lhe foi dado um novo sopro de vida. Se isso equivale a “uma sucumbida ao neo-liberalismo ou fundamentalismo de mercado” (GIDDENS, 2010), para usar a expressão de Giddens, de certa forma é um mero ponto de debate. O fato é que mesmo dentro de seus próprios termos, em que deveria ter se agregado valor ao dinheiro, o PFI se tornou um acordo monumentalmente ruim, que levanta sérias questões sobre as reivindicações da terceira via de poder gerir a economia e lidar efetivamente com o mercado. Em dezembro de 2012, o próprio Ministro da Fazenda conservador anunciou um novo sistema de PFI, o dito PFI 2, onde o setor privado vai lucrar menos que durante o período do novo trabalhismo.

Outro exemplo da natureza complexa e problemática das sinergias entre Estado e mercados é na provisão do bem-estar social. Isso foi recentemente destacado pelo colapso

financeiro, em 2011, da *Southern Cross*, o maior prestador privado de serviços em atenção aos idosos da Grã-Bretanha, uma empresa com cerca de 750 habitações e 31 mil idosos residentes. A história financeira é complexa, dado o envolvimento de instituições como o grupo de capital privado *Blackstone*, do qual é relatado ter feito um lucro de 1,1 bilhão de libras em cima de seu investimento original de 167 milhões de libras em 2004 (WACHMAN, 2011). Outros, porém, não tiveram tanta sorte³⁸. Em alguns aspectos, porém, a história é simples e remete ao PFI discutido acima. Como disse um comentarista,

Não há muito tempo gerenciar casas para idosos e doentes parecia uma maneira fácil de ganhar dinheiro em um país onde a população foi envelhecendo em ritmo mais acelerado do que qualquer um poderia se lembrar [Circa 2005]. Residentes mais idosos foram financiados pelas autoridades locais, oferecendo aos operadores do setor privado um fluxo estável de renda do contribuinte³⁹.

Ao contrário do PFI, onde o governo está contratualmente preso, o fluxo de renda chegou ao fim com a crise financeira de 2008. *Southern Cross* foi confrontado com dois problemas: uma crise de rendimentos de autoridades locais não preparadas para fornecer-lhes o nível de tributo anterior, e uma reversão de inflação de preços dos imóveis, que havia oferecido grande parte do capital para a ultraexpansão nos anos anteriores. Tendo vendido a carteira de imóveis e celebrado acordos bastante caros de relocação, *Southern Cross* agora se encontra tendo que pagar – ou melhor, sendo incapaz de pagar – aqueles caros arrendamentos.

Em março de 2011, ações que já haviam sido negociadas por 606 centavos cada em 2007, agora valiam 6 moedas cada, e os novos proprietários das casas não estavam dispostos a renegociar – e dada a crise generalizada, em muitos casos não podiam renegociar – seus contratos para criar condições mais acessíveis e favoráveis. Agora a questão era qual a forma de saída do mercado que a *Southern Cross* iria tomar e quanto de dano seria causado aos moradores durante esse processo.

Em contraste com o setor bancário, cuidar de idosos não é de importância estratégica para a economia – na verdade, eles são rotineiramente retratados com um dreno em cima dela. Assim, enquanto alguns leitores estarão cientes de que os bancos britânicos foram resgatados em 2008 a um custo oficial de 850 bilhões de libras porque eles eram “grandes demais para falir”, poucos leitores estarão cientes do colapso do maior prestador de cuidados do país. Não era grande demais para falir e nesse sentido parece sugerir que, pelo menos em alguns setores, o processo de “destruição criativa”, pelo qual a economia de mercado é famosa, está vivo e bem⁴⁰.

O colapso de *Southern Cross*, no entanto, levanta algumas importantes – e para quem defende a terceira via – extremamente desconfortáveis questões sobre a relação precisa entre o Estado e o mercado. A tendência na direção de provisão privada, deve-se notar, continuou em ritmo acelerado sob o Novo Trabalhismo e é parte da visão pragmática tão vigorosamente defendida por Giddens (2010) uma visão que encorajou o crescimento de empreendedorismo e o desmantelamento de empresas estatais “ineficientes”. Em outras

palavras, se o setor privado podia fazer o trabalho (que contra um contexto de cortes de financiamento de capital por parte do Estado em aspectos-chave o fez⁴¹), então o deixe florescer.

Mas o que deve ser feito desse setor quando as características-chave são: ou subscritas ou determinadas pelo Estado? Pode ser dito que um mercado realmente existe – e deveria ainda ter a possibilidade de existir? No caso de *Southern Cross*, enquanto seu modelo de negócios foi em parte dependente do reinvestimento contínuo das receitas vindas de especulação imobiliária, o golpe fatal e imediato veio do Estado por meio das autoridades locais que foram incapazes de manter as contas e fornecer o fluxo de receitas.

Pode-se argumentar que isso prova que o mercado em serviços para idosos está vivo e bem. Afinal, ele viu rápido investimento, uma expansão do setor e, depois de alguns monumentais erros de cálculo, um reordenamento desse mercado, viu acionistas perderem dinheiro e outros fornecedores entrarem no mercado. Mas a que custo social? Liquidação do patrimônio de um uma casa de bem-estar, movendo seus moradores, não só impõe a incerteza sobre os indivíduos que, por sua natureza, são frágeis e podem estar à procura de certeza, mas pode levar à sua morte precoce.⁴²

Talvez não seja surpreendente que tanto o líder do Partido Conservador, como o novo líder dos trabalhistas, Ed Miliband, tenham apoiado as negociações interpartidárias sobre a questão da assistência social do idoso. À luz do fiasco de *Southern Cross*, Miliband reconheceu outra dimensão do mercado:

para estas indústrias, uma regulamentação eficaz é fundamental. Atualmente, a regulamentação olha para a qualidade dos cuidados prestados O governo agora deve observar também se a regulamentação do setor deve ser estendida para cobrir a estabilidade financeira das organizações que fornecem esses serviços vitais para centenas de milhares de pessoas idosas. O governo deve aos contribuintes, e devemos isso a pessoas vulneráveis nestas casas, e devemos isso a suas famílias (MILIBAND apud PUBLIC SERVICE, 2011).

Essas são palavras que soam bem, mas, como grande parte do discurso sócio-econômico da terceira via, nos dizem muito pouco e deixam em aberto muitos detalhes. Por exemplo, o que se entende exatamente por regulamentação “eficaz”? Seria que um regulador, por exemplo, realmente olharia para a estabilidade financeira das organizações de atenção domiciliar e em que base isso seria feito? Poucos, por exemplo, teriam previsto a implosão de uma variável, a receita do governo local – e isso inclui qualquer suposto regulador. Será que um regulador teria tido o poder de obstruir a expansão do *Southern Cross*, em seu auge, e qual é a probabilidade de que esse poder pudesse realmente ter sido exercido? Sobre essa questão, o histórico de reguladores financeiros britânicos não é motivo para otimismo⁴³, para não falar do histórico de suas contrapartes no exterior. E se um operador entra em dificuldades, isso ainda deixa em aberto a questão de qual deve ser o papel do Estado. Na verdade, é precisamente essa questão que o desastre *Southern Cross* tem ilustrado de forma tão crua. Quem, no final das contas, deve assumir a

responsabilidade pelos moradores nessas casas? A linguagem de múltiplos *stakeholders* e parcerias público-privadas tende a confundir mais do que esclarecer a questão. Há uma nítida sensação entre muitos que a realidade é que, como acontece com outras áreas do mercado, de uma forma ou de outra, a conta vai ser deixada para o Estado pagar.

Conclusão

Em um artigo sobre a social democracia e a crise financeira na Europa, intitulado *An Obituary for the Third Way (Obituário para a terceira via)*, Magnus Ryner (2010) sugere que “acompanhando a perda da aura hegemônica do neoliberalismo está a ausência de social democracia como um agente político efetivo”. Ele sugere que seu “fracasso contra-intuitivo como um competidor político na atual conjuntura não é coincidência”, pelo contrário

as causas são de longa data e organicamente ideológicas. Na medida em que o caminho social democrático da terceira via procurou conjugar a alta finança, com formas cada vez mais mercantilizadas de provisão do bem-estar através de financiamento no varejo, a crise econômica é também uma crise da social democracia. A social democracia europeia moderna está tão intimamente imbricada com o sistema em crise que não está em posição de oferecer uma alternativa (RYNER, 2010).

Isto é certamente a experiência na Grã-Bretanha, onde as fortunas de seu Partido Trabalhista estão intrinsecamente ligadas a formações do mercado ao qual ele não vê alternativa e, portanto, para o qual ele deve procurar acomodações de até mesmo a variedade mais paradoxal. A esse respeito, a nacionalização pelo Novo Trabalhismo de peças-chave do setor bancário do Reino Unido foi realizada não em nome de uma social democracia renovada, aliás, o controle de fato do Estado é expresamente evitado, mas apenas para fins de estabilidade do mercado. Esse nível sem precedentes de nacionalização dos ‘altos comandos da economia, para usar o termo de Giddens (2010), foi conseguido sem qualquer sentido real de – ou o desejo de – controle social. Essas transferências maciças de riqueza foram largamente alcançadas a portas fechadas, resultando não em uma terceira via, mas o pior dos dois mundos, na socialização das perdas do capital.

Paradoxal é que essas políticas não são de forma alguma limitadas às experiências de democratas-sociais na Grã-Bretanha. Pelo contrário, as simbioses cada vez mais contraditórias entre Estado e mercado são evidentes tanto nas ações dos democratas e republicanos no EUA quanto nos governos europeus, criando uma sensação generalizada de crise política vai além social democracia. Dadas as implicações potenciais de um colapso econômico, governos estão certos em ficar preocupados, mas o que nenhum deles parece disposto a aceitar – ou considerar abertamente, é a possibilidade de que a atual crise é parte de uma muito mais profunda crise estrutural do capital. Isto não é o assunto deste artigo⁴⁴,

mas, se levado em conta, significa, entre outras coisas, que há falhas estratégicas na sugestão de Giddens (2010) de que “os mercados precisam de regulamentação para moldá-los a finalidade pública”. Enquanto seria errado manter Giddens responsável por práticas falidas, ele também não pode ser absolvido de toda a responsabilidade por esses fracassos conduzidos em nome de uma doutrina de Estado mais flexibilizado. À luz das práticas políticas da terceira via, incluindo a regulação da *Southern Cross*, o desenvolvimento das iniciativas de financiamento privado (PFI) e o fracasso sistemático e generalizado da regulamentação do sistema financeiro, o pilar econômico da terceira via se mostra completamente falido.

Notas

- ¹ Blair (1998) até mesmo escreveu um panfleto sobre o assunto *The Third Way: New Politics for the New Century*, Fabian Society, London, 1998.
- ² Anthony Giddens, ‘The Third Way Revisited’ in *Social Europe Journal*, 26 November 2010, available at <http://www.social-europe.eu/2010/11/the-third-way-revisited/> acesso em 6 de dezembro de 2012
- ³ Ele produziu uma série de *best sellers* sobre o tema (ver, por exemplo, GIDDENS, 1998; 2000; 2001) atraindo o interesse de mundial, incluindo do presidente Lula da Silva, que foi festejado por Giddens na London School of Economics em 2003.
- ⁴ Ele produziu uma série de *best sellers* sobre o tema (ver, por exemplo, GIDDENS, 1998; 2000; 2001) atraindo o interesse de mundial, incluindo do recém-eleito presidente Lula da Silva, que foi festejado por Giddens na London School of Economics em 2003.
- ⁵ ver Callinicos 2001
- ⁶ Para uma crítica contemporânea da terceira via, ver Walker (1998).
- ⁷ Uma perspectiva informativa sobre a terceira via no contexto brasileiro foi oferecida por Petras e Veltmeyer (2003).
- ⁸ Dados sobre o rendimento são derivados de estimativas do Instituto de Estudos Fiscais, enquanto aqueles sobre o desemprego são produzidos pelo próprio governo. Veja Brewer, Browne e Joyce (2011). Para uma retrospectiva interessante do Reino Unido, o desemprego e o desaparecimento político do conceito de pleno emprego, ver Castella e McClatchey (2011).
- ⁹ Shirley Williams foi uma das figuras fundadoras do Partido Social-Democrata, que mais tarde se fundiu com o Partido Liberal para formar o Partido Liberal Democrata. Ela não é um membro do governo e tem ido tão longe a ponto de publicamente se opor à política de reformas do Serviço Nacional de Saúde proposto pelo ex-ministro da Saúde, Andrew Lansley.
- ¹⁰ Mesmo Alan Greenspan, ex-presidente do Federal Reserve dos EUA, um defensor de autorregulação dos mercados e um homem até então conhecido como “o maestro”, por seu intelecto brilhante e movimentação da economia, foi obrigado a reconhecer, em depoimento ao Congresso, que a crise o deixou em “estado de choque descrente”. Houve falhas em sua análise. “Um pilar fundamental para a concorrência de mercados e do livre mercado quebrou-se”, disse Greenspan. “Eu ainda não entendi completamente por que isso aconteceu”. Source: Greenspan admits ‘mistake’ that helped crisis. Available at: http://www.msnbc.msn.com/id/27335454/ns/business-stocks_and_economy/t/greenspan-admits-mistake-helped-crisis/
- ¹¹ Anthony Giddens, ‘The Third Way Revisited’ in *Social Europe Journal*, 26 November 2010, available at <http://www.social-europe.eu/2010/11/the-third-way-revisited/> acesso em 6 dez. 2012

- ¹²Giddens (1998).
- ¹³A decisão, quatro dias depois de ter sido eleito em 1997, para dar o Banco da Inglaterra sobre a independência política de juros foi outra área crucial em que o *New Labour* procurou acalmar os mercados.
- ¹⁴Mandleson, por muitos anos estrategista-chefe do *New Labour*, fez esses comentários para os executivos da Califórnia em outubro de 1998
- ¹⁵Institute for Fiscal Studies Press Release, “Income inequality hit record high before the recession started”, 8 May 2009, p. 1, available at: <http://www.ifs.org.uk/pr/hbai09.pdf>
- ¹⁶Miliband urges Labour to inspire with National mission, BBC news online, 21 May 2011, available at <http://www.bbc.co.uk/news/uk-politics-13480969>
- ¹⁷Raghuram G. Rajan & Luigi Zingales, *Saving Capitalism from the Capitalists: Unleashing the Power of Financial Markets to Create Wealth and Spread Opportunity*, Princeton University Press, Princeton, 2004.
- ¹⁸Eles também sugerem que esses grupos façam alianças improváveis com “os aflitos” como um meio de capturar a agenda política. Ver Rajan e Zingales (2004); Crouch (2011, p. viii); Barana e Sweezy (1966, p. 65-66).
- ¹⁹Significa a restrição artificial de produção de petróleo coordenado por uma agência de governo.
- ²⁰Em seu livro *Regulatory Capitalism: How it works, ideas for making it better*, John Braithwaite (2008) nota que a “explosão de uma regulamentação – a proliferação de diferentes mecanismos de controle tanto em nível nacional como global... – é a criação de uma nova ordem mundial que se caracteriza de forma importante por regulamento, reguladores, agências reguladoras e redes reguladoras”.
- ²¹Este é precisamente o tipo de trabalho atualmente desenvolvido por Foster, McChesney, e Jonna (2011b). Ver também Foster, McChesney e Jonna (2011a).
- ²²A questão da soberania é complexa porque não é apenas uma questão de nações mais fracas/devedoras, como a Grécia e a Irlanda, serem obrigadas a aceitar “apoio” externo que muda radicalmente aspectos do que permanece do Estado bem-estar social (para não falar dos casos da Itália e da Espanha, que podem estar se movendo em uma direção similar). Mesmo uma nação mais poderosa e credora, a Alemanha viu-se obrigada a limitar sua soberania, transferindo fundos para o Fundo Europeu de Estabilidade Financeira e de outros mecanismos, na tentativa de evitar um colapso bancário europeu e da moeda. Um componente neste quadro de evolução rápida é o papel – e poder intocável – exercido pelas agências privadas de classificação de títulos de dívida, como a Standard and Poors, Fitch.
- ²³Anthony Giddens' trip to see Gaddafi vetted by Libyan intelligence chief, The Guardian, March 5, 2011, available at <http://www.guardian.co.uk/education/2011/mar/04/lse-libya-anthony-giddens-gaddafi>
- ²⁴Source Department for Business Innovation and Skills, available at <http://www.bis.gov.uk/ministers> Uma estratégia nova foi anunciada ostensivelmente para promover o crescimento, em que ministros do governo agirão como “amigos” para os chefes das 50 maiores empresas britânicas. O chefe de Sr. Willets, Vince Cable, que veio do setor de petróleo, é relatado para ser parceiro com executivos da BP, British Gas e Shell, enquanto David Willets, na educação, pode juntar-se com GlaxoSmithKline e Novartis. BIG firms to get hotline to ministerial ‘buddies’. BBC News Online, 23 Sep.2011. Available at: <<http://www.bbc.co.uk/news/uk-politics-15034526>>. Access on: 6 dezembro 2012.
- ²⁵Como um relatório (2007) observou, “o Sr. Blair, que discutiu a defesa, contra-terrorismo e negócios com o líder líbio, disse que as relações tinham sido ‘completamente transformadas’. Ele falou ao mesmo tempo em que o gigante britânico BP do setor petróleo anunciou voltar à Líbia depois de 30 anos, num acordo de exploração de gás” (In: [Blair hails positive Libya talks BBC News Online](http://www.bbc.co.uk/1/hi/uk_politics/6699447.stm), 29 May, 2007, available at: <http://www.bbc.co.uk/1/hi/uk_politics/6699447.stm>. Access on: 6 Dec 2012. Esta aproximação tem vindo recentemente a assombrar os ministros do antigo governo após a queda do regime de Gaddafi quando provas documentais surgiram de conluio entre os serviços de inteligência britânico e líbio na prisão e tortura de um suspeito de terror chamado, Abdel Hakim Belhaj, agora uma das figuras de maior proeminência do

- Líbia (ver *Torture claims raise questions over Libya-Britain ties*, BBC News Online, 5 September, 2011, available at: <<http://www.bbc.co.uk/news/uk-14793637>>. Access on: 6 Dec 2012,
- ²⁶Universidades escocesas e galegas operaram sob um sistema diferente de delegação de poder. Para mais detalhes sobre taxas de universidades inglesas ver Tuiton (2011).
- ²⁷‘London Met University to cut two-thirds of courses’, BBC News Online, 15 April, 2011, available at <http://www.bbc.co.uk/news/education-13098705>
- ²⁸Seu comentário, feito em uma entrevista para a revista britânica *Woman’s Own*, em setembro de 1987, foi feita no contexto de questionamento da sociedade como um sujeito abstrato e contrapondo a ela o papel dos indivíduos. “Não existe essa coisa de sociedade. Existe uma tapeçaria de vida de homens, mulheres, pessoas e a beleza dessa tapeçaria, que é a nossa qualidade de vida, vai depender de quanto cada um de nós está preparado para assumir a responsabilidade por nós mesmos e do quanto cada um de nós está preparado para nos voltarmos a ajudar, por nossos próprios esforços, aqueles que são menos afortunados.” Source, Margaret Thatcher Foundation, available at <http://www.margaretthatcher.org/document/106689>
- ²⁹BIG firms to get hotline to ministerial ‘buddies’. BBC News Online, 23 Sep.2011. Available at: <<http://www.bbc.co.uk/news/uk-politics-15034526>>. Access on: 6 dezembro 2012.
- ³⁰‘Ed Miliband, the Big society: a cloak for the small state’, *The Independent*, 13 february, 2011, available at <http://www.independent.co.uk/opinion/commentators/ed-miliband-the-big-society-a-cloak-for-the-small-state-2213011.html> acesso em 6 de dezembro de 2012.
- ³¹Isso foi de acordo com um relatório da auditoria nacional (*National Audit Office*), publicado em dezembro de 2009. Os custos reais serão muito inferiores a este vez que uma parte substancial do cálculo é baseado nas garantias dos contribuintes e outros subsídios indiretos que podem ou não ser cristalizados em perdas. Por outro lado, o cálculo não inclui a nova impressão de dinheiro pelo Banco Central.
- ³²‘Ed Miliband, the Big society: a cloak for the small state’, *The Independent*, 13 february, 2011, available at <http://www.independent.co.uk/opinion/commentators/ed-miliband-the-big-society-a-cloak-for-the-small-state-2213011.html>
- ³³Falando do ex-presidente francês, Nicolas Sarkozy, a revista *Economist* observou: “Em 2007, ele tinha uma mensagem clara: promover a concorrência, abraçar a globalização e trazer reformas liberalizantes. Não só fez ele muito pouco disso, mas sua resposta à crise do euro tem sido a guinada na direção oposta: novos tributos sobre os ricos, eliminando limites máximos de impostos pessoais, (...) Ele mal começou a reforma do setor público inchado do país. É inacreditável que, após 16 anos de presidentes, supostamente de centro-direita, o Estado francês deverá responder por 56% do PIB, perdendo apenas para a Dinamarca, na União Europeia, e muito acima da participação de 47% na Alemanha” “France’s beleaguered President: Can he recover?”, *The Economist*, Sep 10th,
- ³⁴Para um breve resumo da questão das pensões ver Whiteside (2011); Private (2006, p. 684-702); e Casey e Whiteside (2011).
- ³⁵PENSIONS and ISAs hit by market turmoil. BBC News Online, 23 Sep. 2011. Available at: <<http://www.bbc.co.uk/news/business-14920735>>. Access on: 06 dec 2012.
- ³⁶No contexto de governo municipal da década de 1980, a contabilidade criativa foi simplesmente uma tentativa por meio de práticas de contabilidade para contornar restrições financeiras (tetos de impostos municipais) impostas pelo governo central. Ver por exemplo: P. Smith "The potential gains from creative accounting in English local government", *Environment and Planning C: Government and Policy*, 1988, 6(2) pp.173-185.
- ³⁷Dois relatórios contundentes foram recentemente produzidos sobre o tema da PFI: um por Margaret Hodge, presidente do comitê de Contas Públicas do Parlamento, e outro pelo Comitê Seletor de Tesouro (*Treasury Select Committee*). Para um relato fascinante desses relatórios e PFI ver PFI (2011b). Sobre a questão da regulamentação do setor financeiro veja também George Mészáros, ‘Macprudential regulation: A contradiction in its own terms’, *Journal of Banking Regulation* (2013) Vol. 14, No. 2, pp. 164–182.

- ³⁸Entre os compradores de ações do grupo estavam *Royal Bank of Scotland, Trust Alliance Poupança, UBS, Bank of Ireland, Bank of New York Mellon Corporation, Barclays Plc., Blackstone, Blackrock Inc., BT Pension Scheme, Banco Santander, JPMorgan Chase Reino Unido*; de crédito eram *Suisse Group AG, Davy, Citigroup Inc, Euroclear PLC, Investec, Goldman Sachs Group, BNP Paribas, Hargreaves Hale Ltd, Hargreaves Lansdown, HSBC Holdings, Lloyds Banking Group, Railtrust Holdings, Bank of America, Morgan Stanley Smith Barney, Royal Bank of Canada, Societe Generale, State Street* e o grupo *WH Ireland*. (Fonte: The Greedy and the Gullible, GMB, available at: <http://www.gmb.org.uk/newsroom/other_news/the_greedy_the_gullible.aspx>. Access on: 6 Dec 2012.
- ³⁹Entre os compradores de ações do grupo estavam *Royal Bank of Scotland, Trust Alliance Poupança, UBS, Bank of Ireland, Bank of New York Mellon Corporation, Barclays Plc., Blackstone, Blackrock Inc., BT Pension Scheme, Banco Santander, JPMorgan Chase Reino Unido*; de crédito eram *Suisse Group AG, Davy, Citigroup Inc, Euroclear PLC, Investec, Goldman Sachs Group, BNP Paribas, Hargreaves Hale Ltd, Hargreaves Lansdown, HSBC Holdings, Lloyds Banking Group, Railtrust Holdings, Bank of America, Morgan Stanley Smith Barney, Royal Bank of Canada, Societe Generale, State Street* e o grupo *WH Ireland*. (Fonte: The Greedy and the Gullible, GMB, available at: <http://www.gmb.org.uk/newsroom/other_news/the_greedy_the_gullible.aspx>. Access on: 6 Dec 2012.
- ⁴⁰No momento de escrever este artigo, a maioria das casas encontravam-se com novos proprietários, porém cerca de 250 ainda não foram realocadas.
- ⁴¹Há pouca dúvida de que, com a perspectiva de boas margens de lucros e salários deprimidos o capital tende a investir, o que ocorreu no caso de *Southern Cross*.
- ⁴²Este rápido encerramento das casas deve ser contrastado com processos muitas vezes prolongados em que os governos municipais têm procurado fechar suas próprias casas e remover os moradores. Esses fechamentos foram objeto de litígio judicial extenso por muitos anos, com casos indo ao Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. Cada vez mais a questão jurídica gira em torno de se governos municipais e conselhos fizeram o melhor que podem para minimizar os riscos identificáveis para pessoas frágeis e idosos sob seus cuidados. Ver, por exemplo, *R (Turner and others) v Southampton City Council* [2009] EWCA Civ 1290. Available at: <<http://www.bailii.org/cgi-bin/markup.cgi?doc=/ew/cases/EWCA/Civ/2009/1290.html&query=title+%28+Turner+%29+and+title+%28+v+%29+and+title+%28+southampton+%29&method=boolean>>. Access on: 6 Dec 2012.; e também *Louisa Watts v UK* [2010] ECHR 793 (4 May 2010). Available at: <<http://www.bailii.org/eu/cases/ECHR/2010/793.html>>. Access on: 6 Dec 2012.
- ⁴³Os comentários de Lord Turner, presidente da *UK Financial Services Authority* (FSA) em 2008, (o órgão encarregado de supervisionar a conduta de bancos britânicos e outras instituições financeiras) são relevantes a este respeito. “Nós tínhamos uma filosofia de como fizemos regulação que incidiu sobre as estruturas da organização, processos, sistemas, se as linhas de relatórios estavam corretos. Essa filosofia disse bastante abertamente que não era a função do regulador lançar dúvidas sobre a estratégia global de negócios da instituição. Agora você pode achar que é surpreendente, e eu acho que em retrospecto é surpreendente, mas esse é o caso, e acho que também é o caso de que existia dentro de uma filosofia política, onde toda a pressão sobre o FSA não era para dizer ‘você está olhando mais de perto esses modelos de negócios?’, mas para dizer ‘por que você está sendo tão pesado e intrusivo? Você não pode fazer a sua regulação toque mais light?’” Fundamentalmente, o impulso filosófico para isso veio do governo *New Labour* (de que Miliband era uma figura-chave). Eram interessados em reforçar suas credenciais econômicas com a cidade de Londres. Fonte: Testemunho ao Treasury Select Committee em fevereiro de 2009, Bank Regulation ‘Wrong’, testemunha em vídeo available at: <<http://news.bbc.co.uk/1/hi/business/7910699.stm>>. Access on: 6 dezembro 2012.
- ⁴⁴Sobre essas questões veja István Mészáros (2002).

Referências

- ANTHONY Giddens' trip to see Gaddafi vetted by Libyan intelligence chief. *The Guardian*, 5 Mar.2011. Available at: <<http://www.guardian.co.uk/education/2011/mar/04/lse-libya-anthony-giddens-gaddafi>>. Access on: 06 dec 2012.
- BAILII. England and Wales Court of Appeal (Civil Division) Decision, 5 Nov. 2009. Available at: <<http://www.bailii.org/cgi-bin/markup.cgi?doc=/ew/cases/EWCA/Civ/2009/1290.html&query=title+%28+Turner+%29+and+title+%28+v+%29+and+title+%28+southampton+%29&method=boolean>>. Access on: 06 dec 2012.
- BANK regulation 'Wrong'. *BBC News Online*, 25 Feb. 2009. Available at: <<http://news.bbc.co.uk/1/hi/business/7910699.stm>>. Access on: 06 dec 2012.
- BARANA, Paul A.; SWEEZY, Paul M. *Monopoly capital: an essay on the american economic and social order*. New York: Monthly review Press, 1966.
- BIG firms to get hotline to ministerial 'buddies'. *BBC News Online*, 23 Sep.2011. Available at: <<http://www.bbc.co.uk/news/uk-politics-15034526>>. Access on: 06 dec 2012.
- BLAIR hails positive Libya talks. *BBC News Online*, 29 May 2007. Available at: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/uk_politics/6699447.stm>. Access on: 06 dec 2012.
- BLAIR, Tony. *The Third Way: new politics for the new century*. London: Fabian Society, 1998.
- BRAITHWAITE, John. *Regulatory Capitalism: how it works, ideas for making it better*. Cheltenham: Edward Elgar, 2008.
- BREWER, Mike; BROWNE, James; JOYCE, Robert. *Child and Working-Age Poverty from 2010 to 2020*. London: Institute for fiscal Studies, 2011. Available at: <<http://www.ifs.org.uk/comms/comm121.pdf>>. Access on: 06 dec 2012.
- CALLINICOS, Alex. *Against the Third Way: an anti-capitalist critique*. Cambridge: Polity Press, 2001.
- CASEY, Bernard; WHITESIDE, Noel. *Untangling the pensions web we've woven. Parliamentary Brief* online, April 2011. Available at: <http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/sociology/staff/academicstaff/whitesiden/whitesiden_index/recent_publications/casey_whiteside_may2011.pdf>. Access on: 06 dec 2012.
- CASTELLA, Tom de; MCCLATCHEY, Caroline. Whatever happened to full employment. *BBC News Online*, 13 Oct. 2011. Available at: <<http://www.bbc.co.uk/news/magazine-15276765>>. Access on: 06 dec 2012.
- CONNOLLY, Ciaran; MARTIN, Gary; WALL, Anthony. Education, education, education: the Third Way and PFI. *Public Administration*, London, v. 86, n. 4, p. 951-968, Dec. 2008.
- CORERA, Gordon. Torture claims raise questions over Libya-Britain ties. *BBC News Online*, 5 Sep. 2011. Available at: <<http://www.bbc.co.uk/news/uk-14793637>>. Access on: 06 dec 2012.
- CROUCH, Colin. *The strange non-death of Neoliberalism*. Cambridge: Polity Press, 2011.
- CURTIS, Polly. Former head of BP to run tuition fees review. *The Guardian*, 9 Nov. 2009. Available at: <<http://www.guardian.co.uk/education/2009/nov/09/tuition-fees-rise-review-universities>>. Access on: 06 dec 2012.
- DEPARTMENT FOR BUSINESS INNOVATION AND SKILLS. *Ministers*, 2011. Available at: <<http://www.bis.gov.uk/ministers>>. Access on: 06 dec 2012.
- ED Miliband: the Big society: a cloak for the small state. *The Independent*. 13 Feb. 2011. Available at: <<http://www.independent.co.uk/opinion/commentators/ed-miliband-the-big-society-a-cloak-for-the-small-state-2213011.html>>. Access on: 06 dec 2012.
- FOSTER, John Bellamy; MCCHESENEY, Robert W.; JONNA, Jamil R, The Internationalisation of Monopoly

- Capital. *Monthly Review, New York*, v. 11, n. 63, Jun. 2011.
- FOSTER, John Bellamy; MCCHESENEY, Robert W.; JONNA, Jamil R. Monopoly and competition in the twenty-first century. *Monthly Review, New York*, v. 11, n. 62, Apr. 2011.
- THE ECONOMIST .France's beleaguered President: can he recover? *The Economist*, 10 Sep. 10, 2011. Available at: <<http://www.economist.com/node/21528625>>. Access on: 06 dec 2012.
- GIDDENS, Anthony. The Third Way revisited. *Social Europe Journal*, 26 Nov. 2010. Available at: <<http://www.social-europe.eu/2010/11/the-third-way-revisited/>>. Access on: 06 dec 2012.
- GIDDENS, Anthony. Anthony Giddens: it's time to give the Third Way a second chance, *The Independent*, 28 Jun. 2007. Available at: <<http://www.independent.co.uk/opinion/commentators/anthony-giddens-its-time-to-give-the-third-way-a-second-chance-454966.html>>. Access on: 06 dec 2012.
- GIDDENS, Anthony. *The global Third Way debate*. Cambridge: Polity Press, 2001.
- GIDDENS, Anthony. *The Third Way and its critics*. Cambridge: Polity Press, 2000.
- GIDDENS, Anthony. *The Third Way: The Renewal of Social Democracy*. Cambridge: Polity Press, 1998.
- GMB. *The Greedy and the Gullible*, 6 Jun. 2011. Available at: <http://www.gmb.org.uk/newsroom/other_news/the_greedy_the_gullible.aspx>. Access on: 06 dec 2012.
- GREENSPAN admits 'mistake' that helped crisis, 23 Oct. 2008. Available at: <http://www.msnbc.msn.com/id/27335454/ns/business-stocks_and_economy/t/greenspan-admits-mistake-helped-crisis/>. Access on: 06 dec 2012.
- HANCOCK, Matthew; ZAHAWI, Nadhim. *Masters of nothing: how the crash will happen again unless we understand human nature*. London: Biteback Publishing, 2011.
- INSTITUTE FOR FISCAL STUDIES. *Press Release: income inequality hit record high before the recession started*, 8 May 2009. Available at: <<http://www.ifs.org.uk/pr/hbai09.pdf>>. Access on: 06 dec 2012.
- LONDON Met University to cut two-thirds of courses. *BBC News Online*, 15 Apr. 2011. Available at: <<http://www.bbc.co.uk/news/education-13098705>>. Access on: 06 dec 2012.
- LSE diretor Sir Howard Daviesresigns sobre a Líbia links. *BBC News Online*, 4 Mar. 2011. Available at: <<http://www.bbc.co.uk/news/uk-12642636>>. Access on: 06 dec 2012.
- MARGARET THATCHER FOUNDATION. *Interview for Woman's Own: no such thing as society*, 2011. Available at: <<http://www.margaretthatcher.org/document/106689>>. Access on: 06 dec 2012.
- MCANULLA, Stuart. Heirs to Blair's third way? David Cameron's triangulating conservatism, *British Politics*, England, v. 5, n. 3, p. 286–314, 2010.
- MÉSZAROS, István. Para além do Capital. São Paulo: Boitempo Editorial, Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.
- MILIBAND urges Labour to inspire with National mission. *BBC news online*, 21 May 2011. Available at: <<http://www.bbc.co.uk/news/uk-politics-13480969>>. Access on: 06 dec 2012.
- PENSIONS and ISAs hit by market turmoil. *BBC News Online*, 23 Sep. 2011. Available at: <<http://www.bbc.co.uk/news/business-14920735>>. Access on: 06 dec 2012.
- PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. Whiter Lula's Brazil? neoliberalism and 'Third Way' Ideology. *Journal of Peasant Studies*, London, v. 31, n. 1, p. 1-44, 2003.
- PFI schemes taking NHS to brink of financial collapse, claims Lansley. *The Guardian*, 22 Sep. 2011. Available at: <<http://www.guardian.co.uk/politics/2011/sep/22/pfi-schemes-nhs-trusts-brink-financial-collapse?newsfeed=true>>. Access on: 06 dec 2012.
- PFI under attack from left and right. *The Observer*, 4 Sep. 2011. Available at: <<http://www.guardian.co.uk/business/2011/sep/04/pfi-private-finance-initiative>>. Access on: 06 dec 2012.
- Whiteside, Noel, 'Private Pensions and Public Policy: the Public-Private Divide Reappraised' in: Clark, G. L.;

- Munnell, A.; Orzag, M. (Ed.) *The Oxford Handbook of Pensions and Retirement Income*. England: OUP, 2006. p. 684-702. Available at: <http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/sociology/staff/academicstaff/whitesiden/whitesiden_index/recent_publications/Whiteside2005-Clark-ch34.pdf>. Access on: 06 dec 2012.
- PUBLIC SERVICE. Our inadequate care system is going to get worse, 7 Jun. 2011. Available at: <http://www.publicservice.co.uk/print_features.asp?type=feature&id=16666>. Access on: 06 dec 2012.
- RAJAN, Raghuram G.; ZINGALES, Luigi. *Saving Capitalism from the Capitalists*: unleashing the power of financial markets to create wealth and spread opportunity. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- RYNER, Magnus. An Obituary for the Third Way. *Eurozine*, 27 Apr. 2010. Available at: <<http://www.eurozine.com/articles/2010-04-27-ryner-en.html>>. Access on: 06 dec 2012.
- SMITH, P. The potential gains from creative accounting in English local government. *Environment and planning c: government and policy*, London, v. 6, n. 2, p.173-185, 1988.
- TUITION fees 2012: the official and full list. *The Guardian*, 12 Jul. 2011. Available at: <<http://www.guardian.co.uk/news/datablog/2011/jul/12/higher-education-administration#data>>. Access on: 06 dec 2012.
- WACHMAN, Richard. Southern Cross's incurably flawed business model let down the vulnerable. *The Guardian*, 16 Jul. 2011. Available at: <<http://www.guardian.co.uk/business/2011/jul/16/southern-cross-incurable-sick-business-model>>. Access on: 06 dec 2012.
- WALKER, David. The Third Way: tonly's ology for skeptics. *The Guardian*, n. 22, Sep. 1998. Available at: <<http://www.guardian.co.uk/politics/1998/sep/22/labour.comment>>. Access on: 06 dec 2012.
- WATTS, Louisa. Fourth section decision as to the admissibility of application no. 53586/09, 4 May 2010. Available at: <<http://www.bailii.org/eu/cases/ECHR/2010/793.html>>. Access on: 06 dec 2012.
- WHITESIDE, Noel. *How will tomorrow's survivor's survive?* *Parliamentary Brief Online*, 12 Feb. 2011. Available at: <http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/sociology/staff/academicstaff/whitesiden/whitesiden_index/recent_publications/nw_pb_feb_2011.doc>. Access on: 06 dec 2012.

Correspondência

George Meszaros – Professor da Faculdade de Direito da *University of Warwick*, Inglaterra, onde ministra aulas de direito constitucional e direito econômico internacional. Ele é Ph.D em Sociologia pela *London School of Economics* e graduado em Ciência Política pela *Sussex University*. É autor do livro *Social Movements, Law and the Politics of Land Reform: Lessons from Brazil* (Routledge, Abbingdon, 2013) e autor de artigos sobre o MST e a regulação do sistema financeiro.

E-mail: G.A.Mezaros@warwick.ac.uk

Texto publicado em *Currículo sem Fronteiras* com autorização do autor.